

COMBATE À MISÉRIA

Futuro governo estuda fixar linha oficial de pobreza

A presidente eleita, Dilma Rousseff, deverá estabelecer linhas oficiais de pobreza e de indigência no país para monitorar as políticas sociais do governo e medir a melhoria das condições de vida da população.

O valor ainda não foi estabelecido, mas existe a possibilidade de o governo fixar em R\$ 108 a renda familiar por pessoa como linha de pobreza.

A sugestão desse valor é do economista e coordenador do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Neri, que apresentou um seminário sobre políticas sociais à equipe de transição do futuro governo em novembro, com a ministra do Desenvolvimento Social, Márcia Lopes, e o economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ricardo Paes e Barros.

De acordo com Neri, Dilma – que prometeu em seu discurso de vitória erradicar a miséria e criar “oportunidades para todos os brasileiros” – quer “sofisticar a tecnologia social”

e suplantando os ganhos do governo Lula, que considera “herança bendita”, porque diminuiu a pobreza em 45%.

A ideia, segundo o economista, é que a meta de erradicar a miséria seja tratada como a meta de inflação.

– Se tem uma meta de erradicar a pobreza, é preciso saber qual o critério. Do mesmo modo que há uma meta de inflação, que escolheu o Ipea (*Índice de Preços ao Consumidor Amplo*) como medida – comparou.

Para Marcio Pochmann, presidente do Ipea, o Brasil está na direção correta, mas é preciso uma sofisticação nas políticas.

– Por isso, se pensa ser necessário estabelecer uma linha administrativa da pobreza extrema – disse, e suplantando os ganhos do governo Lula, que considera “herança bendita”, porque diminuiu a pobreza em 45%.

A ideia, segundo o economista, é que a meta de erradicar a miséria seja tratada como a meta de inflação.

– Se tem uma meta de erradicar a pobreza, é preciso saber qual o critério. Do mesmo modo que há uma meta de inflação, que escolheu o Ipea

(*Índice de Preços ao Consumidor Amplo*) como medida – comparou.

Para Marcio Pochmann, presidente do Ipea, o Brasil está na direção correta, mas é preciso uma sofisticação nas políticas.

– Por isso, se pensa ser necessário estabelecer uma linha administrativa da pobreza extrema – disse.

Saiba mais

- **De acordo** com o IBGE, mais de três brasileiros a cada grupo de 10 não vivem com segurança alimentar (refeições necessárias e ingestão suficiente de nutrientes) e 11,2 milhões ainda passam fome.

O Ipea está fornecendo dados e análises para a definição dessas políticas e para fixar as linhas de miséria e de pobreza. Pochmann não quis adiantar os valores, mas assinalou que não é apenas uma “decisão monetária” ou “administrativa e política”, mas também uma escolha “técnica com base na realidade”.